Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 199: AUXÍLIO-ACIDENTE II 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 199 Brasília, 16 de setembro de 2022

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 26/08/2022.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 199: AUXÍLIO-ACIDENTE II

1. A concessão do benefício de auxílio-acidente deve obedecer à legislação em vigor ao tempo do fato gerador, em estrita aplicação do princípio tempus regit actum.

Julgados: AgInt no REsp 1975278/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 10/08/2022; AR 4179/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 05/10/2018; AgInt no AREsp 891155/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 25/05/2016; REsp 983611/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 13/05/2015; REsp 1974091/SP (decisão monocrática), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 25/02/2022; AREsp 983266/SP (decisão monocrática), Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, publicado em 05/11/2019

(Vide Repercussão Geral - Tema 388)

2. Exige-se, para concessão do auxílio-acidente, a existência de lesão, decorrente de acidente do trabalho, que implique redução da capacidade para o labor habitualmente exercido. O nível do dano e, em consequência, o grau do maior esforço, não interferem na concessão do benefício, o qual será devido ainda que mínima a lesão. ((Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 416)

Julgados: REsp 1828609/AC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 19/09/2019; AREsp 1348017/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 14/02/2019; AgInt no AREsp 969050/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 07/11/2017; AgRg no AREsp 538741/MS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/03/2016; AgRg no AREsp 309593/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 26/06/2013; REsp 1109591/SC, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJe 08/09/2010

(Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

3. O segurado especial, cujo acidente ou moléstia é anterior à vigência da Lei n. 12.873/2013, que alterou a redação do inciso I do artigo 39 da Lei n. 8.213/91, não precisa comprovar o recolhimento de contribuição como segurado facultativo para ter direito ao auxílio-acidente. (Tese julgada sob o rito do art. 543-C do CPC/1973 - TEMA 627)

Julgados: REsp 1361410/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 21/02/2018; AREsp 1817733/PR (decisão monocrática), Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, publicado em 03/05/2021 AREsp 1562568/RN (decisão monocrática), Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, publicado em 13/03/2020; REsp 1641556/PR (decisão monocrática), Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 23/03/2018;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 619) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

4. Por possuir natureza indenizatória, o período em que o segurado esteve em gozo exclusivo de auxílio-acidente não pode ser considerado tempo de contribuição

Art. 55, II, da Lei n. 8.213/1991.

Julgados: AgInt nos EDcl no AREsp 1678545/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 01/07/2021; AgInt no AREsp 896831/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/03/2020; REsp 1752121/SC, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 14/06/2019; REsp 1247971/PR, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), QUINTA TURMA, DJe 15/05/2015

5. O benefício do auxílio-acidente, durante os primeiros quinze dias de afastamento do trabalhador, integra a base de cálculo da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Julgados: AgInt no REsp 1946254/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 07/04/2022; AgInt no AREsp 1790119/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 17/06/2021; AREsp 1651109/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 07/08/2020; AgInt no REsp 1680131/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 23/08/2019; AgInt no REsp 1484939/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 13/12/2017; AgInt no REsp 1643593/SC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 16/05/2017;

6. Não é possível a cumulação de auxílio-acidente com auxílio-doença quando os benefícios decorrem do mesmo fato gerador.

Julgados: AR 6552/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 10/03/2021; AgInt no AREsp 363721/RS, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 13/05/2019; REsp 1771591/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 17/12/2018; AgRg no AREsp 384935/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 27/04/2017; AgRg no Ag 1263370/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJe 26/11/2012; AREsp 1934033/SE (decisão monocrática), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, publicado em 04/11/2021

(Vide Pesquisa Pronta)

7. A fixação do momento em que ocorre a lesão incapacitante no auxílio-acidente deve observar as hipóteses do art. 23 da Lei n. 8.213/1991.

Julgados: REsp 1693608/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 23/10/2017; AgRg no REsp 1411701/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 28/09/2015; REsp 1296673/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 03/09/2012; AgRg no REsp 921863/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJe 07/04/2008

(Vide Súmulas Anotadas N. 507/STJ e N. 507/STJ) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto)

8. O termo inicial para pagamento do auxílio-acidente é o dia seguinte ao da cessação do pagamento do auxílio-doença que lhe deu origem, conforme o disposto no § 2º do art. 86 da Lei n. 8.213/1991 ou, inexistindo tal fato, a data do requerimento administrativo para concessão do benefício.

Julgados: AgInt no REsp 1920597/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/03/2022; EDcl no REsp 1729555/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 29/11/2021; REsp 1865382/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 31/08/2020; AgInt no REsp 1713163/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 19/03/2018; AgInt no REsp 1408081/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/08/2017; AgInt no AREsp 939423/SP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJe 30/08/2016

(Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repetitivos Organizados por Assunto) (Vide Repercussão Geral - Tema 1225)

9. O termo inicial para pagamento de auxílio-acidente é a data da citação da autarquia previdenciária, se ausente prévio requerimento administrativo ou prévia concessão de auxílio-doença.

Julgados: AgInt nos EDcl no REsp 1721874/RJ, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 24/03/2022; AgInt no REsp 1957545/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 17/02/2022; REsp 1844830/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 14/05/2020; AgInt no REsp 1398989/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 20/02/2018; AgInt no AREsp 939423/SP, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO), SEGUNDA TURMA, DJe 30/08/2016; AgRg no REsp 1521928/MG, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 19/06/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 511)

10. O laudo pericial não é parâmetro para fixar termo inicial de auxílio-acidente, pois não atesta o momento efetivo em que ocorreu a moléstia, apenas norteia o livre convencimento do juiz.

Julgados: AgInt no REsp 1920597/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe 22/03/2022; AgInt no REsp 1911112/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 23/08/2021; REsp 1729555/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 01/07/2021; AgInt no AgInt nos EDcl no AgInt no AREsp 1309893/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 31/08/2020; REsp 1838756/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 22/11/2019; AgRg no REsp 1377333/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/04/2014

(Vide Informativos de Jurisprudência N. 700 e 511)